



REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

A regulamentação do Governo na sequência da declaração do novo Estado de Emergência trouxe novas limitações ao setor da Cultura, uma vez que foram impostos horários muito restritivos que, naturalmente, inviabilizam a realização de inúmeros espectáculos e eventos culturais.

De acordo com a APEFE (Associação de Promotores de Espectáculos, Festivais e Eventos), entre Janeiro e Outubro deste ano as quebras de receitas foram superiores a 80% estimando-se que, com estas novas restrições agora impostas, este valor aumente para os 90% até Dezembro.

A APEFE afirma que inúmeras empresas do setor não irão conseguir sobreviver a este novo período de confinamento e recolhimento obrigatório, em particular com as restrições impostas aos fins-de-semana.

O CDS-PP compreende – e concorda – que é essencial salvaguardar a saúde pública e que, nesse sentido, é necessário tomar medidas para tentar controlar a propagação do COVID-19.

Da mesma forma, consideramos que é importante que o Governo reconheça o impacto que estas medidas têm nos setores afetados, como de resto o fez no que respeita ao setor da restauração.

Neste sentido, o Grupo Parlamentar do CDS-PP entende ser da maior pertinência obter um esclarecimento por parte da Senhora Ministra da Cultura.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

Os Deputados do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer à Senhora Ministra da Cultura, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1- Está o Governo a equacionar mecanismos de compensação extraordinários para o setor dos espetáculos e eventos culturais, por forma a minimizar o impacto das novas restrições em consequência da declaração deste novo Estado de Emergência?

Palácio de São Bento, 14 de novembro de 2020

Deputado(a)s

ANA RITA BESSA(CDS-PP)

TELMO CORREIA(CDS-PP)

CECÍLIA MEIRELES(CDS-PP)

JOÃO GONÇALVES PEREIRA(CDS-PP)

JOÃO PINHO DE ALMEIDA(CDS-PP)